A Gazeta Guaribense

2/6/1986

Petrobrás e Proálcool aumentam produção

Enquanto a Petrobrás investiu US\$ 5 bilhões para aumentar sua produção de 115 mil para 600 mil barris diários, o Proálcol aplicou a vultosa quantia de US\$ 10 bilhões para fabricar 115 mil barris de álcool por dia. Um caminhão carregado com dez toneladas de cana-de-açúcar chega a percorrer 200 quilômetros para transportar, até às moendas, a matéria-prima que gerará apenas 700 litros de álcool. E gasta muito mais com o óleo ateu sei, em contabilizar as outras despesas na produção e comercialização.

Enquanto os usineiros e proprietários de destilarias se enriqueceram facilmente, do outro lado, vemos a miséria extrema e a desgraça social, espalhadas por todos os lados. Em Sertãozinho, por exemplo, onde existe uma das maiores rendas PER CAPITA do País, não é o bóia-fria que usufrui dessa opulência. Ele ganha pouco, vive miseravelmente, em condições sub-humanas, e, quando faz greve para reivindicar seus direitos elementares, ainda apanha, com dinheiro que os usineiros destinam à Polícia Militar, para esvaziar os movimentos.

Além de ter feito um mal irreparável à ecologia, destruindo enormes áreas, substituídas pela cana, o Proálcool simplesmente destruiu o panorama do Norte do Estado, substituindo a fartura da produção de grãos e alimentos por um autêntico deserto verde. Um pássaro que voa de norte a sul num pequeno município da região, não encontra uma única árvore para pousar. A dona-de-casa que vai comprar uma cabeça de alho encontra na feira ou no supermercado um produto importado de outras áreas, até algumas centenas de quilômetros distantes.

Argumenta-se sobre uma suposta economia de divisas, mas a que preço? Se hoje morrem quatro crianças por dia, pelo menos metade deve ser atribuída ao Proálcool, que acabou com a produção de alimentos nas terras férteis. Não seria muito mais justo e desejável racionar o consumo de combustível e plantar comida para saciar a fome dessa faminta população de 137 milhões de brasileiros? Mas, infelizmente, o regime militar não consultou a comunidade científica e os moradores das regiões interessadas antes de implantar o programa. E o Proálcool, isento do pagamento de impostos públicos, acabou se tornando elitista, abastecendo o tanque dos automóveis de uma minoria, ao invés de solucionar problemas do transporte, de massas, que é feito através dos ônibus e dos trens.

Os propalados 1,7 milhão de empregados do setor estariam bem melhor atualmente se estivessem cultivando alimentos para matar a fome de muitos deles próprios. Ou, então, produzindo em suas próprias terras, para abastecer todo o País, através de um plano sério de reforma agrária. Trabalhando para as usinas e destilarias — que chegam ao extremo de produzir mais álcool do que o autorizado pelo govêrno, para vender o excedente sem nota fiscal, sonegando impostos — esses assalariados não conseguem nem a assistência saciai, determinada por Lei.

São US\$ 170 milhões por ano, uma parcela considerável desviada para festas de casamentos dos filhos dos usineiros, construção de quadras de tênis nas propriedades particulares, compra de helicópteros e bens que nunca serão usufruídos netos cortadores de cana. Por essas razões, O Plano Nacional do Álcool precisa, urgentemente, ser reavaliado, desta vez com a participação de toda a sociedade. E para que se possa acreditar nos seus propósitos nacionalistas é necessário, antes de tudo, ver os gangsters que fraudaram os cofres públicos atrás das grades.

WALDIR TRIGO